



Boaventura
Sousa Santos

OPINIÃO

Uma saída para o Brasil

São cinco as condições principais para que o Brasil, o mais tardar em 2022, possa pôr democraticamente um fim ao pesadelo infernal do bolsonarismo.

15 de Agosto de 2020, 0:10

O Brasil está numa encruzilhada existencial de uma dimensão difícil de imaginar. É o país do mundo com um dos maiores desastres humanitários causados pela pandemia. O Brasil tem cerca de 2,8% da população mundial, mas tem 13,9% das mortes por covid-19. É o país que viveu dois graves atentados à democracia e ao primado do direito num curto espaço de tempo: o golpe jurídico-político contra a Presidente Dilma Rousseff, em 2016, e a grotesca manipulação judicial-política que levou à condenação sem provas do ex-Presidente Lula da Silva, em 2018, até hoje o mais popular Presidente da história do Brasil.

É o país governado por um Presidente, Jair Bolsonaro, que ganhou as eleições depois de o seu rival ter sido ilegalmente neutralizado e, mesmo assim, com a ajuda de uma avassaladora avalanche de notícias falsas. É o país governado por um Presidente não só manifestamente incompetente para exercer o cargo, como também pró-fascista (defensor da ditadura militar, que governou o país entre 1964 e 1985, e da tortura de opositores democráticos, e que chega a pôr sob vigilância defensores dos direitos humanos, por alegadas actividades... anti-fascistas); é ainda cúmplice activo do genocídio em curso no Brasil contra a população indígena e contra a população em geral. É o único governante do mundo que continua a negar a gravidade da situação pandémica e recusa declarar luto nacional pela morte de tantos milhares de brasileiros. Um governante que faz propaganda de um produto sem comprovação científica da sua eficácia, a cloroquina, produzida por um empresário bolsonarista, a quem o governo adquiriu um *stock* suficiente para abastecer o país durante 18

anos a um preço seis vezes superior ao preço por que comprou o mesmo medicamento no ano passado.



É o país onde os grandes meios de comunicação mostraram ao longo dos anos um total desprezo pelas regras de convivência democrática. É o país onde os EUA puderam infiltrar o sistema judicial com mais facilidade e eficácia para fazer alinhar a política externa do país com os interesses norte-americanos no continente e para destruir o tecido económico do país nalgumas áreas concorrentes com as empresas norte-americanas (construção civil, aeronáutica e combustíveis fósseis). É, finalmente, o país onde, apesar de tudo isto, e no aparente funcionamento normal das instituições democráticas, a popularidade do Presidente, que desceu bastante nos primeiros meses da pandemia, volta a crescer e o posiciona para um segundo mandato a partir de 2022.

Perante isto, a única saída possível para o Brasil é, o mais tardar em 2022, poder pôr fim democraticamente ao pesadelo infernal do bolsonarismo. Apesar de muito dano irreversível ter sido, entretanto, feito, a saída consistirá em os brasileiros e as brasileiras sentirem política e psiquicamente que acordaram de um pesadelo, que estão vivos apesar de tantos entes queridos perdidos e que um novo dia nasce e um novo começo volta a ser possível. Quais são as condições para isso?



Primeiro, o Presidente e o seu clã devem ser investigados seriamente e, por tudo o que se conhece, se o forem, concluir-se-á que há indícios suficientes para serem acusados, julgados e presos. Aliás, no plano internacional, já foram apresentadas várias queixas-crime no Tribunal Penal Internacional da Haia contra a pessoa do Presidente Bolsonaro pelo modo como conduziu o país durante a crise pandémica, queixas por crime contra a humanidade e, no caso dos povos indígenas, por genocídio, o mais grave deste tipo de crimes.

Segundo, os artífices da grave degradação da democracia nos últimos anos, os juízes e procuradores do Ministério Público que conduziram as “investigações” a partir de Curitiba, cometeram tantos e tais atropelos que devem ser não só irradiados da função judicial que desonraram, como devem ser julgados, com respeito por todas as garantias processuais, as mesmas que eles negaram às vítimas da sua macabra manipulação. Particularmente Sérgio Moro, o candidato dos EUA para as eleições presidenciais de 2022, deve ser definitivamente afastado da vida política. Como foi possível que um medíocre juiz federal de primeira instância assumisse jurisdição nacional e se arrogasse o poder de violar as mais elementares hierarquias do sistema judicial? Que ninguém tenha pena dele, pois os EUA encontrarão meio de o compensar pelos serviços prestados, nomeadamente com um cargo internacional.

Terceiro, o ex-Presidente Lula da Silva deve quanto antes recuperar em pleno os seus direitos políticos em face da diabólica armadilha judicial-política de que foi vítima e cujos mais grotescos traços começam a ser conhecidos.

Quarto, as forças políticas de esquerda têm de se convencer de que estão perante uma situação política excepcional a exigir comportamentos excepcionais e que discutir neste momento se o PSB (partido socialista brasileiro) ou o PDT (partido democrático trabalhista) são ou não de esquerda ou furtar-se a articulações com um amplo leque de forças democráticas com vista às

próximas lutas eleitorais são actos de suicídio político que o país se encarregará de lhes lembrar nos próximos anos.

O país do Fórum Social Mundial é hoje um embaraço para todos os democratas e activistas do mundo que viram no Brasil, no início da década de 2000, o país líder de uma nova época de mobilizações sociais incisivas e pacíficas guiadas pela ideia inaugural de que “um outro mundo é possível”.

Quinto, os movimentos sociais e organizações da sociedade civil têm de acordar da sonolência inquietante que lhes foi inculcada pela vida relativamente fácil que tiveram durante os governos de Lula da Silva. O país do Fórum Social Mundial é hoje um embaraço para todos os democratas e activistas do mundo que viram no Brasil, no início da década de 2000, o país líder de uma nova época de mobilizações sociais incisivas e pacíficas guiadas pela ideia inaugural de que “um outro mundo é possível”.

Estas são as principais condições. As três primeiras estão nas mãos do poder judicial do Brasil. Há indícios de que os tribunais superiores se deram conta de que o futuro da democracia depende em boa medida deles. Cometeram muitos erros no passado recente, foram lassos, se não mesmo cúmplices, ante flagrantes violações do garantismo processual que é a razão de ser do sistema judicial numa democracia. Mas há sinais de que serão a primeira instituição a acordar do pesadelo bolsonarista, e não há neste momento razões para duvidar de que estarão à altura do encargo histórico que lhes cabe.

Certamente já se deram conta de que serão as próximas vítimas, se a ilegalidade continuar à solta e impune. Não devem deixar-se intimidar por grupelhos extremistas nem pelo gabinete do ódio. Têm alguns bons exemplos no continente de que os tribunais sabem por vezes assumir a responsabilidade que lhes cabe num dado momento histórico. Afinal, quem poderia imaginar que o mais poderoso político da Colômbia, Álvaro Uribe, senador, ex-Presidente do país, responsável impune por muitos crimes

e pela destruição dos acordos de paz com a guerrilha, fosse posto em detenção domiciliária para não obstruir a justiça que o vai julgar por uma decisão unânime do tribunal supremo?

Director Emérito do Centro de Estudos Sociais da
Universidade de Coimbra

SUBSCREVA A NOSSA NEWSLETTER DESPERTADOR

DE SEGUNDA A SEXTA

Todas as manhãs, a newsletter fundamental
para estar informado.

Subscrever

- Tomei conhecimento que as newsletter editoriais poderão conter publicidade.
OBRIGATÓRIO

O QUE PRECISA DE SABER
CORNAVÍRUS

 Receba as
nossas
notificações e
seja o primeiro
a saber.

Descarregue
a nossa app

TÓPICOS

BRASIL | AMÉRICA DO SUL | JAIR BOLSONARO |

SERGIO MORO | DEMOCRACIA | LULA DA SILVA |

DILMA ROUSSEFF

 TORNE-SE PERITO